

RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
01031 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2023

O Relatório Institucional de Monitoramento é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO das unidades orçamentárias.

Inicialmente, o relatório exhibe, de forma sintética e por programa, o desempenho físico e orçamentário das ações de responsabilidade do órgão/entidade, tomando como referência a programação inicial das metas físicas e orçamentárias.

O planejamento das metas físicas e orçamentárias das ações é realizado durante a fase de elaboração do PPAG e de suas revisões, bem como durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Já a programação inicial das metas é realizada, após a sanção do PPAG e da LOA, pelos gestores responsáveis pelas ações e registrada no módulo de monitoramento do SIGPlan, viabilizando aferir com antecedência o desempenho das ações no que se refere ao alcance das metas estabelecidas no plano.

Desempenho Consolidado da Ação oferece uma rápida visualização do desempenho físico e orçamentário da ação, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "sem meta estabelecida", "sem execução", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- Status satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;
- Status crítico: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada;
- Status subestimado: dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;
- Status sem execução: classificam-se nessa categoria as ações que possuem meta programada até o período analisado, mas que não a executaram até o momento. Seriam, portanto, aquelas ações que possuem desempenho igual a 0%;

Com a entrada em vigor do PPAG 2020-2023, a alocação das despesas de pessoal e auxílio dos órgãos e entidades governamentais tornou-se descentralizada. Desse modo, registram-se nas ações, além das despesas de custeio e de investimento necessárias à consecução das políticas públicas, as despesas de remuneração da força de trabalho que contribui com a realização dessas políticas. O objetivo é evidenciar custo total de implementação e manutenção da política pública.

Apesar de ser considerada um ganho de transparência, a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio **não foram consideradas para fins de apuração do desempenho físico e orçamentário das ações governamentais**. Nesse sentido, o desempenho físico e orçamentário consolidado das ações, segundo intervalos de desempenho físico e orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas e a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio.

Entende-se por despesa de pessoal e auxílios a programação e execução das despesas: no Grupo de Despesa 1 (Pessoal e Encargos Sociais), com exceção do IPU 9 (Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais); em todos os itens do elemento 34 (Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização); e no IPU 7 (Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento).

Importante mencionar que a metodologia foi adotada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, com exceção das empresas pertencentes ao Orçamento de investimento, o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais e as seguintes ações: 7024 - Pensões aos Assistidos e Pensionistas do Plano De Previdência Complementar Minascaixa RP-2, 7441 - Pensões Especiais e Indenizações de Responsabilidade do Poder Executivo Estadual e 7007 - Proventos de Inativos Militares. Além disso, os órgãos e entidades dos Outros Poderes também não adotaram a metodologia.

Por sua vez, o **Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação** evidencia para cada ação, a **"Situação Orçamentária"**, o **"Desempenho Consolidado"** (segundo relatado acima), a **"Análise da Execução"** e as **"Informações de Situação"**, conforme explicitado a seguir.

A seção **"Situação Orçamentária"** demonstra a execução orçamentária detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção são obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Já a seção **"Análise da Execução"** apresenta um quadro resumo da execução da ação, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário em confronto com as metas estabelecidas no PPAG (crédito inicial), as metas programadas até o período, bem como as metas reprogramadas (crédito autorizado).

Por fim, a seção **"Informações de Situação"** demonstra as informações qualitativas registradas pelo órgão/entidade acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação, desdobrando-se nos campos "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

O campo **"Justificativa de desempenho"** apresenta as informações quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo: informar obrigatoriamente as causas que determinaram o status crítico ou subestimado das dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário da ação.

Já o campo "Outras informações de situação" detalha os principais resultados e entregas da ação; motiva as alterações orçamentárias ocorridas; justifica o lançamento de dados estimativos e motiva a não regionalização da execução física ou orçamentária.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol				

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA
UO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (01031)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Fevereiro % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Fevereiro % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Fevereiro (A/B)	Farol
Programa: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (0705)						
PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS (7004)	-		-		-	
PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS (7006)	101,38		100,00		1,01	
Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)						
REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS (2053)	100,00		100,00		1,00	
REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS (2054)	101,00		100,00		1,01	

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (0705)

Ação: PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS (7004)

Produto: PRECATÓRIO/RPV PAGO Unid. de Medida: UNIDADE

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.9	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Fev % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Fev % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Fev (A/B)	FAROL
-	☹️	-	☹️	-	☹️

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Fev (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (E)	Realizado Jan/Fev (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	1	1	0	0	0	0	0,00	0,00	-	-
Orçamentário	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

Ação: PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS (7006)

Produto: PROVENTO PAGO Unid. de Medida: PROVENTO

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	50.317.696,00	50.317.696,00	7.949.697,84	7.949.697,84	42.367.998,16	15,80	15,80
1.10.5	638.626.858,00	638.626.858,00	78.307.962,94	78.307.962,94	560.318.895,06	12,26	12,26
1.42.5	918.328.876,00	918.328.876,00	236.128.953,00	236.128.953,00	682.199.923,00	25,71	25,71
1.43.5	679.805.385,00	679.805.385,00	177.915.303,98	177.915.303,98	501.890.081,02	26,17	26,17
3.10.1	48.517.516,00	48.517.516,00	14.062.454,43	14.062.454,43	34.455.061,57	28,98	28,98
3.10.7	1.255.363,00	1.255.363,00	184.690,18	184.690,18	1.070.672,82	14,71	14,71
TOTAL	2.336.851.694,00	2.336.851.694,00	514.549.062,37	514.549.062,37	1.822.302.631,63	22,02	22,02

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Fev % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Fev % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Fev (A/B)	FAROL
101,38	😊	100,00	😊	1,01	😊

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Fev (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (E)	Realizado Jan/Fev (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	6.287	6.374	6.287	6.287	6.374	6.374	101,38	100,00	101,38	101,38
Orçamentário	2.336.851.694,00	2.336.851.694,00	248.248.642,55	248.248.642,55	248.248.642,55	248.248.642,55	10,62	10,62	100,00	100,00

Programa: PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (0706)

Ação: REMUNERAÇÃO DE MAGISTRADOS DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS (2053)

Produto: PESSOA REMUNERADA Unid. de Medida: UNIDADE

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado	Liquidado / crédito autorizado - %
-------	---------------------	------------------------	---------------	--------------	------------------------	--------------------------------	------------------------------------

						- % (C/B)	(D/B)
1.10.1	1.108.143.769,00	1.108.143.769,00	250.204.370,30	250.204.370,30	857.939.398,70	22,58	22,58
3.10.1	45.544.508,00	45.544.508,00	14.039.537,83	14.039.537,83	31.504.970,17	30,83	30,83
3.10.7	24.032.768,00	24.032.768,00	6.213.343,79	6.213.343,79	17.819.424,21	25,85	25,85
TOTAL	1.177.721.045,00	1.177.721.045,00	270.457.251,92	270.457.251,92	907.263.793,08	22,96	22,96

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Fev % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Fev % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Fev (A/B)	FAROL
100,00		100,00		1,00	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Fev (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (E)	Realizado Jan/Fev (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	1.061	1.055	1.055	1.055	1.055	1.055	99,43	100,00	100,00	100,00
Orçamentário	1.177.721.045,00	1.177.721.045,00	110.524.360,20	110.524.360,20	110.524.360,20	110.524.360,20	9,38	9,38	100,00	100,00

Ação: REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES DA ATIVA E ENCARGOS SOCIAIS (2054)

Produto: PESSOA REMUNERADA Unid. de Medida: UNIDADE

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	4.316.671.968,00	4.316.671.968,00	1.098.870.226,66	1.098.870.226,66	3.217.801.741,34	25,46	25,46
3.10.1	82.078.530,00	82.078.530,00	31.994.071,60	31.994.071,60	50.084.458,40	38,98	38,98
3.10.7	265.753.414,00	265.753.414,00	95.744.346,62	95.744.346,62	170.009.067,38	36,03	36,03
TOTAL	4.664.503.912,00	4.664.503.912,00	1.226.608.644,88	1.226.608.644,88	3.437.895.267,12	26,30	26,30

Dados atualizados até 23/5/2023 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Fev % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Fev % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Fev (A/B)	FAROL
101,00		100,00		1,01	

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Fev (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Fev (E)	Realizado Jan/Fev (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	14.412	14.556	14.412	14.412	14.556	14.556	101,00	100,00	101,00	101,00
Orçamentário	4.664.503.912,00	4.664.503.912,00	576.586.984,42	576.586.984,42	576.586.984,42	576.586.984,42	12,36	12,36	100,00	100,00